2. Profissionalização em tempos de modernização: antecedentes da *Coluna do Castello*

2.1. No Rio de Janeiro

Foi Carlos Lacerda o grande responsável pelo fim da permanência de Castellinho em Minas Gerais. Em 1945, pouco tempo depois do dia em que Castello expulsou o censor da redação do *Estado de Minas*, o jornalista foi convidado por Lacerda, com quem já trabalhava à distância na *Agência Meridional de Notícias*, para integrar a equipe do jornal *Diário Carioca*, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Lacerda estava assumindo a direção do jornal. Castello aceitou o convite, mas disse que precisava de uma semana para acertar as coisas em Minas. Quando chegou ao Rio, descobriu que Lacerda não estava mais no *Diário Carioca*, e que portanto ele estava desempregado. No mesmo dia em que foi procurar Lacerda, Castellinho encontrou, caminhando pelo centro do Rio, o jornalista Neiva Moreira, que tinha sido seu amigo de infância em Teresina. Neiva Moreira o indicou para trabalhar em *O Jornal*, principal órgão dos *Diários Associados* no Rio. Com a experiência que havia tido no *Estado de Minas*, não foi difícil para Castello ganhar o cargo de subsecretário nesse periódico, tendo sido depois promovido a secretário de redação.

O Jornal foi criado em 1919, e comprado por Assis Chateaubriand em 1924, tendo sido esse o seu primeiro órgão de imprensa. Sob sua direção, o diário “tomou feição nova, moderna, arejada, contando com excelente colaboração do exterior e do país” (SODRÉ, 1999:361). A primeira equipe contou com os mineiros Rodrigo Melo Franco de Andrade, como diretor, e Alceu Amoroso Lima, como crítico literário, onde se consagrou com o pseudônimo Tristão de Athayde. Muitos integrantes da Semana de Arte Moderna foram incorporados como colaboradores. *O Jornal* contava ainda com um vasto noticiário vindo do exterior. As sucursais em São Paulo e Belo Horizonte, criadas ainda na década de 1920, foram importantes para alavancar as vendas e torná-lo prestigiado nacionalmente. A ambição de Chateaubriand era fazer um jornal que tivesse reconhecimento em todo o país, por isso sua política editorial durante as décadas de 1920 e 1930 foi marcada pelo lançamento de campanhas de interesse público de alcance nacional.

Nos anos 1940, quando Castellinho entrou em *O Jornal*, este já tinha se estabelecido como um dos principais órgãos de imprensa da cidade e do país. Na década de 1950, *O Jornal* estava entre os matutinos de maior tiragem.

A passagem de Castello por *O Jornal*, onde ficou até meados dos anos 1950, abriu portas em sua carreira. Dois anos depois de sua entrada, em 1947, Castellinho foi convidado por Chateaubriand para assumir novas tarefas na rede *Diários Associados*. Uma delas foi organizar e lançar um jornal diário em Belém chamado *A Província do Pará*. O convite representou uma prova de confiança e valorização do trabalho que Castello vinha desenvolvendo num dos principais órgãos da rede. Ao retornar para o Rio de Janeiro, Castellinho voltou para a redação de *O Jornal*, e assumiu um cargo também no vespertino *Diário da Noite*, que havia sido fundado por Chateaubriand em 1929.

A imprensa carioca na segunda metade da década de 1940, momento em que Castellinho chega ao Rio, vivia um momento de ascensão. Com o fim do Estado Novo, em 1945, e a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda, a imprensa se viu livre da censura e do controle sobre seus órgãos, o que facilitou o aparecimento de novos títulos, tais como a *Tribuna Popular*, *A Classe Operária*, *Vanguarda Socialista*, *Diário Trabalhista*, *O Mundo* e *Tribuna da Imprensa*. Houve inclusive um desenvolvimento notável da imprensa de esquerda. Além disso, com a redemocratização e o crescimento do noticiário político, os jornais já estabelecidos, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal* e *Jornal do Commercio*, tiveram significativos aumentos de tiragem. Foi nesse contexto que Castellinho desenvolveu o seu perfil profissional de jornalista político. Em 1948, com apenas 28 anos, Castello começou a assinar suas primeiras colunas políticas, e assumiu o cargo de analista político em *O Jornal*. Em função dessa atividade, Castello ampliou sua rede de contatos políticos, além de ter começado a desenvolver um estilo próprio de realizar análise sobre a realidade brasileira. Pode-se dizer que ali estava o embrião da *Coluna do Castello*, que veio a ser publicada pela primeira vez 14 anos depois. Depois dessa experiência em *O Jornal*, quase todas as outras atividades que exerceu nos jornais por onde passou foram relacionadas ao jornalismo político. Apesar das crises políticas do período de 1945-1964, não houve nenhuma ação significativa contra a liberdade de imprensa, o que facilitou, de certa forma, o desenvolvimento do colunismo político de Castellinho.

2.2.

Castellino e a modernização da imprensa na década de 1950

A década de 1950 representou, para a imprensa carioca, um momento de profundas mudanças que consolidaram um processo de modernização que já estava em curso. As reformas incluíram aspectos redacionais, gráficos e editoriais e resultaram em uma transformação no que diz respeito ao modelo empresarial dos jornais. Foi nessa época que o modelo norte-americano, que, como vimos, já servia de inspiração para Chateaubriand,

se implantou definitivamente no jornalismo nacional, provocando não só a modernização das empresas e dos textos, mas também a profissionalização dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era o jornalismo e qual era a sua função social. As reformas dos anos 50 assinalaram a passagem do jornalismo político-literário para o empresarial (RIBEIRO, 2007:13).

À luz do modelo norte-americano, a imprensa tentava se distanciar da tradição de polêmica, crítica e opinião para dar lugar a um jornalismo que privilegiava a informação, transmitida de forma “objetiva” e “imparcial”. Uma das principais mudanças produzida pela reforma foi a separação, editorial e gráfica, entre notícia e opinião. Em termos de redação, a mudança principal se deu com a adoção das técnicas americanas de *lead* e “pirâmide invertida”, dando ao texto o caráter noticioso e objetivo que se pretendia. Basicamente, essas técnicas determinavam que o texto deveria ter, como abertura, um primeiro parágrafo que resumisse o fato principal e depois um texto enxuto que respondesse a seis perguntas: quem, fez o quê, quando, onde, como e por quê. “O *lead* – símbolo máximo do jornalismo moderno – veio substituir o “nariz de cera”, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava ambientar o leitor” (RIBEIRO, 2007:31). A técnica antiga usava uma linguagem mais prolixa, onde narração de fatos, comentário e análise se confundiam. A lógica do novo texto era a lógica da velocidade, da falta de tempo da sociedade industrial. A ideia era que o leitor pudesse ter acesso às informações mais relevantes sobre o fato logo nos primeiros parágrafos, de forma que pudesse se manter informado mesmo quando não tivesse tempo para ler a matéria inteira. Essa técnica redacional só não era aplicada aos textos de opinião, que foram graficamente separados das notícias e mantiveram maior liberdade de estilo. Mas também esses textos tinham que atender às regras de tamanho. E nesse contexto de modernização, os textos longos e seriados

perderam espaço. Para o jornalismo dos anos 1950, a ideia, por exemplo, de publicar um romance em vários capítulos, como se fazia nos anos 1920, parecia absurda.

As mudanças se deram também no desenho dos jornais, que passaram a obedecer novas regras editoriais e gráficas. Do ponto de vista visual, o jornalismo brasileiro da primeira metade do século XX era, assim como seus textos, inspirado no modelo francês, com excesso de títulos e ausência da lógica de hierarquia e importância entre as matérias. Não existia padrão gráfico e o desenho das páginas era mais desorganizado se comparado ao que veio depois. Com as reformas, os jornais passaram a adotar um padrão interno, com ordenação entre manchetes e títulos.

Subtítulos, entretítulos, boxes, textos complementares movimentavam e embelezavam as páginas, tornando a sua leitura mais agradável. (...) Apresentação lógica, ordenação do material na página, disposição racional, essas eram algumas máximas do jornalismo carioca, que passou a adotar como valor estético o princípio da funcionalidade (RIBEIRO, 2007:34).

Além disso, as fotos começaram a ocupar mais espaço. Mudanças em determinados requisitos técnicos do fotojornalismo deram a essa atividade um novo conceito, baseado no instantâneo e no flagrante. As novas câmeras, no formato de 135mm, davam maior liberdade e agilidade ao fotógrafo, permitindo uma menor intervenção do fotógrafo e do repórter na cena. Dessa forma, as fotos posadas foram sendo substituídas pelas imagens “naturais”, que captavam o momento e a situação. Assim, as fotografias passaram a ser mais que meras ilustrações, passaram a ter também utilidade informativa.

Outro aspecto importante da modernização dos anos 1950 foi o processo de profissionalização da imprensa. O aumento dos salários permitiu que o jornalismo deixasse de ser um “bico” para alguns e proporcionou, para outros, a possibilidade de se dedicar somente a um jornal. Foi o caso de Castellinho, que, tendo passado boa parte da década de 1940 e 50 trabalhando em diversos jornais ao mesmo tempo como forma de aumentar a renda, pode, em 1962, aceitar a oferta do *Jornal do Brasil* para trabalhar somente nesse jornal, com dedicação exclusiva. Ao longo da década de 1950, os jornalistas foram se constituindo em uma categoria profissional. O desenvolvimento do ensino superior de jornalismo foi fundamental nesse processo, que resultou ainda na profissionalização das

próprias empresas. Reformas administrativas foram feitas no sentido de garantir maior desempenho econômico, ou seja, a lógica do improvisado foi substituída pelo planejamento racional. Alguns jornais mudaram radicalmente suas gerências internas, tirando os cargos administrativos das mãos dos jornalistas e contratando profissionais especializados para cuidar da gestão econômica e administrativa da empresa.

A modernização, perseguindo o caminho da “objetividade” jornalística, alterou substancialmente o lugar institucional ocupado pela imprensa, dando a ela credibilidade para se constituir em organismo enunciador “oficial” dos acontecimentos. “O discurso jornalístico passou a se revestir de uma “aura de fidelidade aos fatos”, que lhe conferiu um considerável poder social” (RIBEIRO, 2007:14). O processo de modernização da imprensa foi acompanhado ainda por um processo de autonomização do campo jornalístico, sobretudo em relação às esferas políticas e literárias. A autonomização contribuiu para a construção desse lugar institucional ocupado pela imprensa de enunciador dos fatos reais, de “fala autorizada” em relação à semantização do real. “Quando se transformou numa comunidade discursiva própria, o jornalismo assegurou as condições sociais da sua eficácia” (RIBEIRO, 2007:14).

É importante ressaltar que a modernização foi um processo lento de transformações graduais que se consolidaram com as reformas da década de 1950. Mas as mudanças, “apesar de já virem sendo gestadas há muito tempo, só conseguiram se impor através de um processo consciente de reformulação, levado a cabo de forma pioneira por algumas empresas jornalísticas e por alguns profissionais” (RIBEIRO, 2007:36).

Deve-se lembrar também que não foi só o jornalismo que viveu um surto de modernização durante a década de 1950. A transformação da imprensa brasileira foi impulsionada por uma série de mudanças econômicas pelas quais o país passava. Na segunda metade do século, o projeto do presidente Juscelino Kubitschek – 50 anos em 5 – incluiu estratégias de financiamento para o desenvolvimento industrial que propiciou um significativo crescimento do setor de comunicações. Além disso, o crescimento do mercado interno e da indústria brasileira alavancou o desenvolvimento da publicidade no país, movimento que

beneficiou diretamente os órgãos de imprensa, aumentando seus faturamentos. Contou ainda a favor das empresas jornalísticas uma política cambial que garantia custo privilegiado do dólar para a importação de papel e outros materiais de impressão. A modernização na imprensa não foi só uma modernização técnica-industrial. Como vimos, houve uma mudança de padrão e linha editorial, mais conceitual do que técnica. Mas certamente, o incremento econômico das empresas, as melhorias que puderam ser feitas em seus parques gráficos e o aumento da lucratividade tiveram papel importantíssimo nesse processo.

O cenário cultural também deve ser considerado como fator de impulso da modernização da imprensa na década de 1950, sobretudo da imprensa carioca. Movimentos culturais em diversas áreas buscavam se integrar à ideia de modernidade e desenvolvimento. A Bossa Nova, o Cinema Novo, a popularização do teatro, os movimentos literários de concretismo e neoconcretismo, a criação de alguns dos mais importantes museus do país, todos movimentos desse contexto de efervescência cultural com expressiva influência sobre a imprensa, que costumava repercutir os debates e processos criativos da cultura brasileira desse período. Em alguns momentos, a imprensa participou ativamente desses movimentos. O Museu de Arte Moderna, criado por Chateaubriand é um exemplo do empenho de um dono de jornal no desenvolvimento cultural do país.

O “Manifesto Neoconcreto”, por exemplo, foi publicado nas páginas do *Jornal do Brasil*, em março de 1957. Dos sete artistas que o assinavam, três – Ferreira Gullar, Reynaldo Jardim e Amílcar de Castro – eram funcionários do jornal, engajados na reforma que foi diretamente influenciada pelas ideias neoconcretas (RIBEIRO, 2007:53).

A década de 1950 foi, portanto, uma década em que a ideologia da modernização estava presente não só na esfera econômica, como também na esfera cultural e política, e no imaginário social. A ideia dominante era a de que o país precisava sair do “atraso” para o “moderno”, e a imprensa seguiu seu fluxo de desenvolvimento bastante calcada nessa ideia: era preciso transformar os jornais, tirá-los do “atraso” e ingressá-los, junto com o país, na era “moderna”. Como vimos, alguns jornais foram especialmente importantes nesse processo. Do ponto de vista das mudanças no texto, os jornais pioneiros foram o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*. Como eram jornais pequenos, não conseguiram repercutir suas inovações no meio jornalístico. Foi com o surgimento da *Última Hora* e a

reforma do *Jornal do Brasil* que as mudanças ganharam impulso, tornando-se referência para todas as redações de jornal. A modernização é comentada, anos mais tarde, por Castellinho, que viveu de perto esse processo.

A geração de Odylo [Costa Filho], de grandes nomes do jornalismo, fez política e militou sem prejuízo de ter dado notável contribuição à modernização da imprensa brasileira. Pompeu faria o *Diário Carioca*, experiência-piloto, e Odylo viria renovar, inclusive pela arregimentação de uma nova equipe que se somou aos homens de grande padrão cultural que vinham dos velhos tempos, este *Jornal do Brasil* que se tornaria, a partir do seu trabalho, o mais bem estruturado jornal da imprensa brasileira. Claro que ele não fez tudo, mas, sob o estímulo da sua amiga e conterrânea Condessa Pereira Carneiro, deu os passos definitivos de uma remodelação jornalística que a empresa teve competência para prosseguir e consolidar.²³

Vale a pena recuperar um pouco da história dos principais jornais responsáveis pela reforma, sobretudo os jornais onde trabalhou Castellinho.

O *Diário Carioca*, criado por J. E. Macedo Soares em 1928 e passado para as mãos de Horácio de Carvalho em 1932, era um jornal político que tinha o antigetulismo como marca registrada, característica que, aliás, não era exclusividade somente desse periódico. Pompeu de Souza, que esteve à frente do comando da reforma, foi um dos fundadores da UDN. A sede do jornal foi, inclusive, palco da articulação do novo partido. Tais características apontam para uma afinidade entre o *Diário Carioca* e o nosso personagem, que por lá teve passagem importante, justamente no momento ápice de consolidação da reforma, logo após o lançamento do manual de redação, publicado no jornal na edição de 1º de janeiro de 1950. Pompeu, animado por uma viagem em que conheceu o jornalismo norte-americano e encantado com a sua “objetividade”, iniciou a reforma redacional em 1943, como chefe da seção internacional. Introduziu aos poucos várias inovações e em 1945 substituiu Carlos Lacerda na chefia da redação, posição que o credenciou para fazer as mudanças de forma mais enfática. Nesse mesmo ano, Pompeu lançou a coluna “Cartas a um foca”, onde apresentava ao leitor as novas técnicas de redação, tais como o *lead*. A coluna virou um marco na história da modernização da imprensa. Além do manual de redação, o *Diário Carioca* foi o primeiro a inserir o *copy desk*: um grupo de redatores que reescreviam as matérias visando maior unidade de estilo.

²³ Odylo como jornalista, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 21/08/1979.

Para Castellinho, a reforma do *Diário Carioca* foi decisiva por impulsionar as iniciativas de outros jornais. O jornalista chama atenção para a importância dos artigos de J. E. Macedo Soares na primeira página do jornal, que constituiu um elemento significativo da reforma.

O *Diário Carioca* distinguiu-se pela atuação de Pompeu de Souza e sua equipe que realizaram a mais excitante experiência de renovação da imprensa brasileira. Ela antecipou a reforma do *Jornal do Brasil* e de outros grandes jornais, que puderam aprofundá-la com maiores recursos materiais e humanos. (...) A equipe do DC espalhou-se mais adiante por jornais de todo o país, notadamente os do Rio de Janeiro. Mas o êxito dessa experiência tornou-se possível principalmente pelo patrocínio do talento e da repercussão dos artigos diários, na primeira página, de J. E. de Macedo Soares.²⁴

O foco da reforma desse periódico foi claramente o texto, mas a mudança de sede, ocorrida no início da década de 1950, também foi aspecto importante das mudanças feitas no jornal. As novas instalações, além de extremamente luxuosas, eram mais modernas no que diz respeito aos equipamentos utilizados. Entretanto, com a vitória de Vargas nas eleições de 1950, o jornal antigetulista perdeu favores do governo e enfrentou dificuldades financeiras. O prédio e os equipamentos foram vendidos para Samuel Wainer, para criação da *Última Hora*, e o *Diário Carioca* precisou adaptar-se a uma nova realidade. A situação se agravou de forma que em 1957 o *Diário Carioca* estava em plena crise, encontrando dificuldade inclusive para pagar seus funcionários. Castellinho chegou a afirmar, anos depois, que apesar de não receber salário, continuou no *Diário Carioca* por encontrar lá grande liberdade (RIBEIRO, 2007:116). A crise do *Diário Carioca* resultou em seu fechamento, em 1965.

Outro jornal reformador que merece nossa atenção é a *Tribuna da Imprensa*, por ter sido também um dos empregadores de Castello. O jornal foi criado em 1949 por Carlos Lacerda, que já havia trabalhado muitos anos nos *Diários Associados* e desde 1945 colaborava com o *Correio da Manhã*, onde iniciou sua cruzada antigetulista. As duas passagens de Castellinho pela *Tribuna da Imprensa* não foram muito longas, mas foram decisivas. No primeiro um ano em que trabalhou no jornal, no período de 1953 a 1954, Castello foi peça chave na deflagração das denúncias contra o esquema de financiamento da *Última Hora*, jornal getulista de Samuel Wainer. Ele era o editor-geral da *Tribuna* e um dia

²⁴ *Centenário de Macedo Soares*, Coluna do Castello, *Jornal do Brasil*, 01/09/1982

encontrou, na pilha de reportagens e artigos que haviam sido deixados de lado por outros editores, um entrevista realizada pelo repórter Natacílio Norberto com o ex-deputado Herófilo Azambuja, que havia sido nomeado, pelo Banco do Brasil, interventor na empresa Érica, editora da *Última Hora*. Na entrevista, o ex-deputado afirmava que o banco havia financiado quase toda a montagem do jornal, e que ele foi nomeado para cobrar a dívida não paga por Samuel Wainer. Castellinho escreveu então uma matéria intitulada “Esbanjavam dinheiro do Banco do Brasil” e submeteu o material, incluindo a íntegra da entrevista de Azambuja, ao diretor de redação, Aluísio Alves, que a princípio foi contra a publicação. O material foi levado então a Medeiros Lima, diretor do jornal, que também não concordou com a publicação por considerar a denúncia grave demais e baseada em entrevista feita por um repórter principiante. Castello insistiu que a matéria deveria ser levada ao dono da *Tribuna* e Lacerda, de fato, concordou com a publicação. O episódio desencadeou uma crise entre os dois jornais, *Tribuna* e *Última Hora*. Mas o alvo principal era o governo. A partir dessa denúncia, o clima de oposição a Getúlio cresceu na imprensa, sempre motivado por Lacerda. A mobilização antigetulista se alastrou e crise política do governo se agravou em uma sucessão de episódios que resultaram no suicídio de Vargas.

A segunda passagem de Castellinho pela *Tribuna* foi importante do ponto de vista de sua carreira profissional, foi quando surgiu, como veremos, a *Coluna do Castello*. Assim como o *Diário Carioca*, a *Tribuna da Imprensa* era jornal pequeno em tiragem, mas muito influente do ponto de vista político. Desde o início, “se caracterizou por um estilo agressivo de reportagem, tornando-se, ao longo do segundo governo Vargas, porta-voz da oposição” (RIBEIRO, 2007:145). Foi, aliás, com essa atuação jornalística antigetulista e antipopulismo que Lacerda se fortaleceu politicamente, chegando anos depois ao governo do Estado da Guanabara. No que diz respeito à modernização da imprensa, a contribuição da *Tribuna* se deu tanto em relação ao texto, através de uma equipe de profissionais “modernos”, como em relação ao uso das fotografias, lançando mão “de uma linguagem mais dinâmica e informativa” (RIBEIRO, 2007:147). Outro aspecto importante é o espaço que se deu à caricatura, com a “charge política de Hilde Weber, extremamente moderna, em estilo e linguagem” (RIBEIRO, 2007:148). Mas em termos empresariais, a estrutura administrativa do jornal era precária e

não acompanhava as mudanças editoriais e redacionais.

Por último, não podemos deixar de falar do caso exemplar do *Jornal do Brasil*. Fundado em 1891 por Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas, o matutino nasceu monarquista e foi utilizado por dois anos como instrumento de crítica à República recém-instaurada. Dois anos depois, porém, o jornal foi vendido para Rui Barbosa, mantendo seu caráter político e de oposição ao governo, mas declarando-se agora um jornal republicano. O fato interessante é que, apesar do caráter explicitamente político, o jornal, desde seu início, funcionava sob a lógica de empresa, tendo sido um modelo representativo da nova imprensa que surgia na virada do século. O *Jornal do Brasil* permaneceu nas mãos de Rui Barbosa por somente um ano. Por conta das críticas ao governo de Floriano Peixoto, o jornal foi invadido pelos militares e ficou 45 dias fechado. O ataque resultou na saída de Rui Barbosa do país. Em 1894, o periódico foi vendido para a firma Mendes e Cia e voltou a circular, sob o comando de Fernando Mendes de Almeida como redator-chefe. Até 1918, o jornal manteve um caráter menos político e mais informativo, voltado para os casos policiais e para as campanhas populares. Esse período ficou consagrado na história do jornal como a era popular. Foi nesse período também que o *Jornal do Brasil* começou a construção de uma sede luxuosa na Avenida Central, adquirindo novos equipamentos e reformulando seu parque gráfico.

Em 1918, o jornal foi hipotecado em função de dificuldades financeiras, tendo sido comprado por Ernesto Pereira Carneiro, futuro conde, que tentou recuperar o jornal contratando José Pires do Rio para o cargo de diretor-tesoureiro. Para resolver a situação financeira do matutino, a opção foi centrar a linha editorial do jornal na publicação de anúncios classificados, que chegaram a ocupar cerca de 80% das páginas do periódico. Foi dessa forma que o *Jornal do Brasil* conseguiu estabilidade financeira, perdendo, por outro lado, o prestígio como órgão de notícia. Assim foi até a chamada era da Condessa, quando a condessa Pereira Carneiro e o seu genro Manuel Francisco do Nascimento Brito assumiram a direção do jornal, após a morte do conde Pereira Carneiro. Foi a partir desse momento que se iniciou o processo de reforma e modernização do jornal, com uma guinada para um tipo de jornalismo que tinha como principal preocupação a eficiência na transmissão da informação, por um lado, e uma

sofisticação em termos de conteúdo, por outro. Por exemplo, uma das primeiras medidas da reforma foi a criação de um suplemento de cultura. Tecnicamente o jornal também se modernizou, como já havia feito em outros momentos de sua trajetória. A reestruturação do parque gráfico com novo maquinário e uma nova sede marcaram a nova era. Houve mudanças na tipografia, nas medidas, nos formatos, no uso das fotografias e na matéria prima da impressão, com melhoria na qualidade da tinta e do papel. “Houve mudanças nos critérios de apuração e se passou a adotar as técnicas do jornalismo americano na redação das matérias. O texto se tornou mais objetivo e enxuto, como o do *Diário Carioca* e o da *Tribuna*” (RIBEIRO, 2007:156). Antes da reforma, na fase dos classificados, não existia apuração de notícias na rua, tudo era feito dentro da redação.

Além disso, o *Jornal do Brasil* empreendeu mudanças na estrutura organizacional da empresa, adotando modernas técnicas de gestão, mudanças no *marketing*, novas estratégias de circulação, entre outras medidas. Se compararmos com os outros dois jornais reformadores por onde Castellinho passou, *Diário Carioca* e *Tribuna da Imprensa*, a mudança empresarial do *Jornal do Brasil* foi muito mais marcante e eficaz. “A reforma do *JB*, apesar de não ter sido a primeira (...) possuiu um caráter exemplar, não só pelo radicalismo das suas mudanças e pela qualidade do jornalismo desenvolvido, mas também por sua eficácia mercadológica” (RIBEIRO, 2007:157). Outro aspecto importante a ser destacado é a mudança do *desing* do jornal, que serviu de parâmetro e modelo para diversos jornais no Brasil e no mundo. As mudanças nessa área tiveram a participação importante do artista plástico Amílcar de Castro, que refez o desenho do jornal sob a lógica da “limpeza da página”, com inspiração notadamente concretista. A ideia era facilitar e tornar mais agradável a leitura do jornal, que deveria, antes de tudo, manter um padrão entre as publicações, coisa que não existia antes.

A criação da página feminina, que depois se tornou um caderno de cultura, é considerada momento-chave na reforma, que estava sendo orientada para uma reorganização do conteúdo do jornal em editorias, com utilização de cadernos e suplementos. Os primeiros suplementos se constituíram em um espaço de experimentação e teste, com maior liberdade criativa. A partir de 1959, com a saída de Odylo Costa Filho e a entrada de Jânio de Freitas, a reforma conheceu um ritmo acelerado. A primeira página foi radicalmente transformada, com *layout*

assimétrico, maior uso de fotografias e assuntos organizados de acordo com uma ordem hierárquica de importância, com o objetivo de tornar a leitura mais funcional.

Em 1962, Alberto Dines assumiu o cargo de editor-chefe, iniciando assim uma terceira fase da reforma, quando a modernização foi consolidada. “Dines sistematizou as modificações implementadas nos períodos anteriores. Nesse processo, criou, por exemplo, o “Caderno de Jornalismo”, uma publicação editada pelo *JB* que discutia o jornalismo, sobretudo em seu aspecto técnico (redacional, editorial e gráfico)” (RIBEIRO, 2007:163). No curso da reforma, vários profissionais foram contratados, com mudança de quase toda a equipe. As escolhas foram claramente direcionadas para a questão do conteúdo e da qualidade das reportagens e textos. Além disso, a modernização incluiu uma mudança no padrão profissional do jornalista, no sentido de uma maior valorização salarial e adoção de um plano de cargos e funções. Castellinho foi um dos reforços que o jornal ganhou, com o objetivo de dar ao periódico uma maior credibilidade na área política. Castello entrou no *JB* em 1962, período de consolidação da reforma, e pode ser visto como expressão do processo de valorização da profissão de jornalista, se considerarmos que o *Jornal do Brasil* foi, como vimos, o primeiro emprego de Castellinho com dedicação exclusiva. Antes disso, Castello acumulava emprego em vários jornais ao mesmo tempo, pois os salários eram muito baixos.

Dos quatro jornais mais importantes para a história da modernização da imprensa carioca - *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil* - Castellinho só não trabalhou na *Última Hora*. Podemos dizer, portanto, que o jornalista fez parte desse processo de mudança e se profissionalizou como colunista político junto com a profissionalização do jornalismo como categoria num cenário em que as empresas passavam por profundas mudanças. Durante a década de 1950, Castello acumulou emprego em diversos jornais. Convidado por Pompeu de Souza, foi trabalhar como editor político no *Diário Carioca*. Em 1952, aceitou convite de Odylo Costa Filho para trabalhar como redator do Instituto de Aposentadorias e Pensões Comerciais (IAPC), onde junto com Ferreira Gullar e Benedito Coutinho organizou uma revista. Em 1953, assumiu, como vimos, o cargo de editor no jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e tornou-se

correspondente político da *Folha de S. Paulo* e colaborador em *O Estado de S. Paulo*. No mesmo ano, Castello saiu da *Tribuna da Imprensa* para organizar, junto com Neiva Moreira, a seção política da revista *O Cruzeiro*, onde permaneceu até 1962. Durante a segunda metade da década de 1950, Castello também escreveu colunas políticas nos jornais cariocas *A Noite* e *O Mundo*.

O colunismo político de Castellinho, que teve sua expressão máxima, como veremos, na *Coluna do Castello*, representou a consolidação de uma trajetória profissional centrada em um tipo específico de jornalismo: um jornalismo político, jornalismo de opinião, um jornalismo de autor (DINES, 2000). Entretanto, ainda que tenha se consagrado por suas colunas políticas, a trajetória de Castellinho é tipicamente jornalística, diferente de alguns colunistas que possuem formação em outras áreas e escrevem artigos nos jornais sobre seus campos de atuação. Castello começou como repórter, função chave do jornalismo diário, e manteve essa identidade até o fim de sua carreira. Era conhecido como jornalista ou colunista político, mas geralmente se auto referia como repórter. Segundo Nascimento Brito, com Castello “o colunismo político deixou de ser um simples comentário para ganhar respeito como instituição. Ele valorizou extraordinariamente o trabalho do repórter, porque nasceu e morreu repórter” (NASCIMENTO BRITO, 1993). De fato, Castellinho nunca deixou de fazer reportagem. Suas colunas eram carregadas de informações factuais colhidas diretamente de fontes políticas ou nos corredores do Congresso em Brasília, durante o período em que lá esteve. Era um trabalho de reportagem acrescentado de análise de conjuntura e opinião política. No processo de profissionalização, o jornalismo foi se organizando em cargos e funções, ou seja, foi se especializando. Castellinho viveu o momento de transição. Fez parte, no início de sua carreira, de um contexto em que as funções dentro de um jornal não eram tão bem definidas e os jornalistas faziam de tudo. Viveu essa experiência passando por diversos cargos e exercendo várias atividades, mas foi também personagem importantíssimo da modernização, pela contribuição dada à construção de um perfil profissional especializado dentro do jornalismo. Segundo Evandro Carlos de Andrade, “no Brasil o jornalismo político tal como é hoje praticado foi invenção do Castello” (ANDRADE, 1979). Podemos sugerir que o estilo consagrado por Castellinho é mesmo uma expressão dessa experiência de transição. Reúne aspectos do

jornalismo de modelo francês – pré-modernização – e aspectos do jornalismo moderno, de inspiração norte-americana. É um jornalismo de ontem e de hoje, característico de um repórter que queria ser escritor e que conviveu, em Minas, com uma geração de literatos com presença assídua nas redações de jornais. O colunismo político de Castello juntava informação objetiva e opinião num mesmo texto, que não seguia as regras do *lead* e da pirâmide invertida, mas era um texto enxuto onde ficava muito clara a diferença entre o que era informação e o que era análise e opinião do autor. Aliás, os jornais reformadores, de maneira geral, carregavam também as marcas de um período de transição. Havia um dilema constante “entre informação e opinião, entre modernização e arcaísmo” (RIBEIRO, 2007:146). Os mesmos jornais que introduziram técnicas modernas em diversas áreas eram utilizados muitas vezes como instrumento para as realizações políticas de seus donos. Ainda que consolidada em termos técnicos e redacionais, do ponto de vista do caráter de neutralidade política a modernização somente se fez sentir, e ainda assim de forma bastante controversa, no período pós ditadura militar.

Quadro 1 Cronológico da trajetória profissional de Castellinho:

Cidade	Jornal	Empresa	Recr.	Idade de ingresso	Tempo Período
Belo Horizonte MG	Estado de Minas	Diários Associados	—	19 anos	6 anos (1939-1945)
Belo Horizonte MG	Agência Meridional de Notícias	Diários Associados	—	24 anos	2 anos (1944-1945)
Rio de Janeiro RJ	O Jornal	Diários Associados	Neiva Moreira	25 anos	Aprox. 10 anos (1945-1955)
Belém PA	A Província do Pará	Diários Associados	Assis Chateaubriand	27 anos	1 ano (1947)
Rio de Janeiro RJ	Diário da Noite	Diários Associados	Assis Chateaubriand	28 anos	—
Rio de Janeiro RJ	Diário Carioca	—	Pompeu de Souza	Aprox. 30 anos	Aprox. 7 anos Déc. 1950
Rio de Janeiro RJ	Revista do IAPAC	Instituto de Aposentadoria e Pensões Comerciais	Odylo Costa Filho	32 anos	Aprox. 5 anos (1952-1957)
Rio de Janeiro RJ	Tribuna da Imprensa	—	Carlos Lacerda	33 anos	1 ano (1953)
São Paulo SP	Folha de S. Paulo	—	—	33 anos	Aprox. 7 anos (1953-1960)
São Paulo SP	Estado de S. Paulo	—	—	33 anos	Aprox. 7 anos (1953-1960)
Rio de Janeiro RJ	Revista O Cruzeiro	—	Neiva Moreira	34 anos	6 anos (1954-1962)
Rio de Janeiro RJ	Jornal do Brasil	—	Nascimento Brito	42 anos	31 anos (1962-1993)

Recr. = Recrutamento, convite (como Castellinho ingressou no jornal).

2.3.

Castellino e a experiência no governo Jânio Quadros

Como vimos, Castellinho ingressou no *Jornal do Brasil* em 1962, ano de criação da *Coluna do Castello*. Mas para compreender o contexto de criação da coluna, bem como as circunstâncias da entrada de Castello no *JB* é preciso dar um passo atrás em sua trajetória. Até o final da década de 1950, o colunista acumulava empregos em diversos jornais, já com uma atuação plenamente voltada para a área política, com ênfase no colunismo. Por conta dessa atividade, Castellinho conheceu muitos políticos, com os quais mantinha, em geral, um bom relacionamento, condição importante para o desempenho de sua atividade profissional, já que eram a sua principal fonte de informação. A convivência nessa rede de relações poderia, sem dúvida, ter feito com que Castellinho seguisse carreira política. Aliás, não faltaram convites para que ele mudasse os rumos da sua vida profissional. Mas Castello se manteve fiel ao jornalismo. Disse certa vez em tom bem-humorado: “Eu realmente não gosto de política. Gosto é de mulher” (CASTELLO, 1986).

Apenas uma vez, Castellinho teve participação direta na atividade política, quando assumiu o cargo de secretário de imprensa no governo presidencial de Jânio Quadros. O convite partiu de José Aparecido de Oliveira, amigo de Castellinho e secretário particular do presidente. Segundo relatos, Castello não tinha intenção de aceitar o convite, pois não pretendia sair do Rio de Janeiro, onde morava com sua família. Também não achava que tinha vocação para exercer tal cargo. Mas ao conversar com o presidente e expor seus motivos, argumentando que não poderia deixar o seu emprego na revista *O Cruzeiro*, um dos principais na época, Jânio imediatamente entrou em contato com o diretor da revista, Leão Godim, e pediu que Castello fosse emprestado ao governo, somente por seis meses. Assim, o convite tornou-se irrecusável. Anos depois, Castellinho reconheceu que a experiência foi “politicamente muito interessante. (...) Foi muito útil do ponto de vista de entender o processo político” (CASTELLO, 1986).

E esse parecia ser mesmo o seu maior trunfo, a capacidade de compreender o processo político. A experiência no governo de Jânio Quadros o aproximou ainda mais dos políticos brasileiros, tendo a essa altura de sua trajetória, relação pessoal com diversos políticos importantes da história do país,

tais como Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola, além dos amigos de longa data, como Milton Campos, José Aleixo, José Aparecido, para citar alguns exemplos. Reza a lenda, que em determinado momento de sua carreira, Castellinho não precisou mais ir até as fontes, pois as fontes vinham até ele. Ainda que isso não seja verdade, é interessante como expressão da importância de Castellinho para o jornalismo brasileiro.

Jânio teve sua candidatura lançada pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), um movimento liderado por Carlos Castilho Cabral, que havia sido secretário do Trabalho de Jânio durante o governo do estado de São Paulo. A candidatura ganhou o apoio de outros partidos, inclusive da UDN, o que foi importante para a eleição do presidente. A campanha, que tinha como símbolo a vassourinha, foi marcada pela crítica à corrupção. Para alguns autores, o sucesso de Jânio estava muito atrelado à imagem do presidente, ele “atraía o povo com sua figura popularesca e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção” (FAUSTO, 2006:240). Para Fausto, outro fator decisivo para eleição de Jânio foi o apoio de uma classe média que valorizava a questão da moralização dos costumes políticos, bem como o apoio de setores antigetulistas, representados, sobretudo, pela presença da UDN na campanha.

No governo, Jânio adotou uma postura personalista, com certa desvalorização dos partidos políticos que o cercavam e o ajudaram a se eleger. O presidente teria combinado “iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. De algum modo, desagradava assim a ambos” (FAUSTO, 2006:241), e provocava o enfraquecimento de sua base de apoio. Boa parte da UDN, por exemplo, deixou de apoiar o governo, criticando principalmente a política externa do presidente. Anos depois, em uma entrevista, Castellinho analisa a ruptura da UDN com o presidente.

Jânio fazia parte de um esquema conservador, apoiado pela UDN, que era o partido mais ligado aos interesses americanos do Brasil. A campanha da UDN era liberal e anticomunista, e os americanos tinham uma obsessão anticomunista. Mas a posição de Jânio não era ideológica, ele achava que era preciso armar uma força de resistência ao poder americano, à influência americana. Para fazer isso, o Brasil tinha que ir para o Terceiro Mundo, para a África. Isso chocou o Carlos Lacerda, que era um homem comprometido com a política americana no Brasil. O conflito dele com o Lacerda e com a UDN foi forçado pela política externa (CASTELLO, 1986).

A visão geral de Castello sobre o governo é positiva. Segundo ele, Jânio “se empenhava muito, fazia um governo sério, enfrentava os problemas nacionais. Exercia autoridade e demonstrava disposição para trabalhar das seis e meia da manhã às oito e meia da noite” (CASTELLO, 2006:90). A renúncia do presidente, apenas sete meses após a posse, ocorreu após um discurso de Carlos Lacerda contra o ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta. Mas não seria correto dizer que esse foi o motivo da renúncia, que, para muitos autores, inclusive para Castellinho, foi motivada por um cálculo político equivocados.

Renunciou para voltar ao poder. Não queria deixar o governo. Pretendia renovar seus poderes, reforçá-los. (...) Era uma romântica e ingênua tentativa de golpe, porque imaginava voltar nos braços do povo. E isso não existe, é retórica (CASTELLO, 2006).

Castellinho considera o episódio da renúncia decisivo para a crise política que resultou no golpe de 1964. É preciso lembrar que o vice-presidente eleito não foi Milton Campos, candidato da chapa de Jânio, e sim João Goulart, candidato da oposição. Goulart era o candidato do PTB e tinha amplo apoio político dos setores de esquerda. Com a renúncia de Jânio, as forças conservadoras do país se mobilizaram para impedir a posse do vice-presidente, numa primeira tentativa de golpe militar. No dia da renúncia, Goulart estava fora do país. Os ministros militares do governo tentaram impedir seu retorno, mas nem todos os militares eram favoráveis a essa ideia. No Rio Grande do Sul (RS), o comandante do III Exército declarou apoio a Goulart, e a partir daí se iniciou um movimento, liderado por Brizola, então governador do RS, pela posse do vice-presidente, que ficou conhecido como campanha da legalidade. A crise foi parcialmente resolvida com uma solução intermediária: Goulart assumiu a presidência com poderes presidenciais restritos e a instauração, por ato adicional, de um regime parlamentarista de governo.

2.4.

Nasce a *Coluna do Castello*, às vésperas do golpe militar

Após a renúncia, Castellinho voltou para *O Cruzeiro*, mas logo pediu demissão, insatisfeito com a campanha sistemática que a revista vinha fazendo contra Jânio. Em outubro de 1961, aceitou o convite de Nascimento Brito para escrever uma coluna política no jornal *Tribuna da Imprensa*, onde já havia

trabalhado no período de 1953-1954, período Lacerdista do jornal. Foi então que nasceu a *Coluna do Castello*. A coluna foi publicada na *Tribuna da Imprensa*, que havia sido comprada por Nascimento Brito, de julho a dezembro de 1962. Em 1963, quando Nascimento Brito vendeu a *Tribuna*, a coluna foi transferida para o *Jornal do Brasil*, onde permaneceu até 1993. Além da autoria da coluna, Castellinho foi, até 1972, chefe da sucursal do *JB* em Brasília, dedicando-se integralmente ao jornal até o final de sua vida. Como ressaltou Dines, a coluna “foi um sucesso a partir do primeiro dia. Castello encontrou imediatamente a entonação apropriada - informação de bastidores combinada à análise personalizada, distanciamento crítico e malícia” (DINES, 2000). A *Coluna do Castello* foi a principal obra de Castellinho. Unia grande massa de informação com análise crítica, de forma leve e muitas vezes irônica. As colunas retratavam detalhes dos bastidores da política brasileira, informações colhidas através dos contatos políticos e da presença de Castellinho em Brasília.

É importante considerar o contexto político de criação da coluna, os anos conturbados do governo João Goulart que antecederam ao golpe militar de 1964. Como vimos, Goulart assumiu com poderes restritos, mas, com apoio das forças políticas de esquerda, pôs em movimento um projeto de governo baseado em reformas sociais e políticas que tinham como objetivo reduzir as desigualdades sociais do país a partir da ação do Estado numa tentativa de modernização do capitalismo brasileiro. As chamadas reformas de base eram taxadas pela oposição de reformas socialistas. As mudanças não eram bem vistas pelas classes dominantes. “O governo e os grupos de intelectuais de classe média que se mobilizavam pelas reformas de base supunham poder contar com o apoio da burguesia nacional” (FAUSTO, 2006:246). Mas a burguesia nacional seguiu outro caminho, afastando-se cada vez mais do governo e se aproximando das forças políticas mais conservadoras que haviam no país. Nesse contexto, o argumento da ameaça comunista era utilizado como forma de enfraquecer o governo perante a sociedade. Como veremos, a oposição se fazia presente principalmente no Congresso, onde Goulart enfrentava dificuldades concretas para a realização de seu projeto reformista, uma vez que as propostas precisavam ser aprovadas.

Nas eleições estaduais e parlamentares de 1962, as elites políticas do centro e da direita mostraram o peso que tinham na correlação de forças com o

governo. Partidos como a UDN tiveram expressiva votação ganhando a maior parte dos governos estaduais e adquirindo também parcela significativa do Congresso, o que dificultava ainda mais a realização do projeto reformista do presidente. A situação de crise se agravou quando Goulart iniciou uma campanha pela antecipação da realização do plebiscito, que havia sido previsto para 1965 pelo ato que instituiu o parlamentarismo. O plebiscito, realizado no início de 1963, devolveu ao país o regime presidencialista, ampliando os poderes de Goulart. A partir daí, o presidente retomou com maior força o projeto das reformas de base, procurando estratégias políticas para implementá-las. Ao longo do ano de 1963, cresceu a tensão política entre o governo e a oposição. Goulart se via pressionado também pela ala mais à esquerda do PTB, liderada por Brizola, que no início de 1964 chegou a exigir do presidente medidas mais radicais, reformas “na lei ou na marra”.

A oposição a Goulart estava presente também em boa parte da imprensa. Alguns autores destacam a participação dos principais jornais brasileiros no movimento político que resultou no golpe de 1964. A campanha da imprensa contra o governo também utilizava o argumento da ameaça comunista, sugerindo que o presidente pretendia colocar em prática um projeto revolucionário radical. Durante o ano de 1963, cresceu na oposição a ideia de que Goulart estava arquitetando um golpe de estado, com apoio das forças militares, para se manter no poder e levar a cabo o projeto revolucionário de inspiração comunista. Toda essa crise política enfrentada pelo governo foi retratada por Castellinho, coroando o início de vida da *Coluna do Castello*. Não seria correto dizer que o jornalista tenha feito de sua coluna um instrumento veemente de oposição a Jango. Havia um tom crítico, sobretudo nos momentos em que o presidente demonstrava maior aproximação com a esquerda mais radical, representada principalmente pela figura de Brizola. Mas algumas colunas mostravam-se mais ponderadas.

Nas colunas do início de 1963, logo após a vitória do presidencialismo no plebiscito, Castello demonstrava preocupação com a possibilidade de Goulart adotar uma estratégia radical para implementação de suas reformas, passando por cima da oposição e do Congresso. Para Castellinho, os governadores e dirigentes políticos com maior “responsabilidade política” foram aqueles que aconselharam o presidente a “evitar novos choques e atritos com o Congresso e os partidos de

oposição, em benefício de um clima de ordem e tranquilidade”²⁵. A percepção era a de que determinadas atitudes do presidente poderiam agravar a crise política.

Se a vitória subir à cabeça do Presidente, a ponto de levá-lo a negligenciar o problema político, teremos, dentro de algumas semanas, os grandes partidos a completar sondagens, *demarches* e negociações para se constituírem num bloco de resistência, dentro do Congresso, à política do Presidente (...). O Presidente da República poderá, de certo modo, repetir a história recente. Ao mesmo tempo que será, aparentemente, um Governo forte de apoio popular, será fraco de apoio político, o que já é em si a preliminar de uma crise.²⁶

Em outra coluna, Castellinho chama atenção para a estratégia da oposição de enfraquecimento do governo. Estratégia essa que explorava a ideia de que o projeto de Jango desencadearia um processo subversivo. A partir da leitura das colunas desse período é possível perceber a presença constante do argumento da ameaça comunista nos discursos das forças políticas conservadoras.

Os pronunciamentos oposicionistas, que deverão ocorrer nos próximos dias, poderão incidir sobre o ambiente político na medida em que souberem seus autores atingir os focos de descontentamento alheios à área propriamente política, alarmando-os sobre o desdobrar de um processo que procurarão apresentar como substancialmente subversivo.²⁷

É importante considerar que, no mundo todo, o anticomunismo estava presente no campo da direita, em função do medo da possibilidade de um avanço comunista após a Revolução Cubana de 1959. Se o medo existia de fato, também é verdade que, no Brasil, grupos políticos conservadores e setores militares exploravam o argumento da ameaça subversiva como uma forma de enfraquecer o governo e ganhar poder, durante o governo Jango. Após o golpe de 1964, o mesmo argumento foi usado como forma de legitimar a permanência no poder e o exercício da repressão política. Na passagem acima, Castellinho não chega a dizer que a ameaça subversiva não existia, mas a afirmativa de que os oposicionistas “procurarão apresentar como substancialmente subversivo” o processo político desencadeado por Goulart, dá margem a interpretação de que a oposição parecia tentar vender à sociedade ou aos militares – “focos de descontentamento alheios à área propriamente política” - uma ideia que, concretamente, não estava inteiramente presente nas ações e intenções do governo. A ideia de que o governo

²⁵ *Jango forte de apoio popular e fraco de apoio político*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 08/01/1963

²⁶ *Idem*

²⁷ *Oposição considera subversiva a revogação do Ato adicional*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 12/01/1963

estava empenhado em realizar uma revolução comunista serviu como pano de fundo para as críticas e estratégias da oposição, de forma que certas medidas do presidente, principalmente quando eram motivadas e apoiadas pela ala brizolista do governo, começaram a ser interpretadas como medidas excessivas. Assim, ao longo do ano de 1963 cresceu a ideia de que o governo arquitetava um golpe de estado, o que levou a oposição a justificar o golpe de 1964 como necessário e inevitável para a manutenção das instituições democráticas.

Apesar do tom crítico ao governo, Castello costumava dar voz a Goulart, ressaltando inclusive algumas demonstrações do presidente de que não pretendia alcançar seus objetivos de forma autoritária, passando por cima do Congresso. Em coluna que descreve uma conversa de Goulart com líderes do PSD, Castellinho enfatiza que o presidente “não se solidariza com as atitudes do Sr. Leonel Brizola e que o Governo está interessado em atingir seus objetivos exclusivamente pela via legal, que considera, de resto, a única possível”²⁸. Aqui temos o retrato de outro tema recorrente nas colunas do ano de 1963: as tensões entre o governo e as atitudes de Brizola. Em determinados momentos, o governo precisava marcar posição afastando-se do dispositivo brizolista como forma de apaziguar os conflitos com a oposição e com partidos como o PSD, com o qual o presidente tinha maior diálogo. A oposição, por sua vez, pressionava o governo colocando em cheque o seu principal objetivo, a aprovação das reformas de base, que para ser feita de forma legal, precisava do apoio do Congresso.

O agravamento da luta entre o Sr. Brizola e a Câmara poderá provocar uma retração da UDN e de amplos setores do PSD, no que concerne às proposições revisionistas do Governo, tendo mesmo os líderes oposicionistas manifestado que, enquanto o representante da Guanabara empunhar o chicote, não haverá condições para um esforço livre de cooperação visando a imediata aprovação das reformas.²⁹

De fato, Brizola parecia representar a esquerda mais radical dentro do governo, e suas ações eram sempre interpretadas pela oposição como ameaças ao estado democrático. Em março de 1963, um ano antes do golpe militar, um discurso de Brizola transmitido por diversas rádios agitou o clima no Congresso. Os principais líderes da oposição interpretaram o pronunciamento como “peça de

²⁸ *Goulart não endossa Brizola e fará tudo dentro da lei*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 07/02/1963

²⁹ *Câmara quer as reformas sem pressão de Brizola*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 10/02/1963

um processo de pregação revolucionária”.

Os udenistas, é claro, são os mais impressionados com o teor das palavras do Sr. Brizola, segundo eles transmitido por uma cadeia de dezenas de estações de rádio com o fito de provocar um levante popular, possivelmente com cobertura militar, contra as instituições democráticas.³⁰

Como vimos, Castellinho endurecia seu tom de crítica ao governo nos momentos em que Goulart parecia estar mais próximo e convicto das ideias brizolistas sobre qual deveria ser o rumo do governo. No final do ano de 1963, os rumores sobre a possível escolha de Brizola para assumir o ministério da Fazenda agravaram ainda mais o clima de tensão. A interpretação de Castello nos sugere que o colunista via a solução brizolista como uma solução revolucionária com a qual ele não concordava.

Com a nomeação do Sr. Leonel Brizola para o Ministério da Fazenda, o Presidente João Goulart daria o primeiro sinal público ostensivo de que considera inoportunas ou inviáveis as soluções eleitorais, do tipo candidatura Juscelino, preferindo adaptar-se ao esquema revolucionário preconizado pelo Sr. Brizola, mas submetido as injunções de quem tem o controle do Poder civil e militar. Ao iniciar-se o ano que deverá ser dominado pelas manobras da sucessão presidencial, o Sr. João Goulart assinalaria seu repúdio ao processo através de sua adesão objetiva ao esquema Brizola, o qual poria à frente do Governo para exercer as pressões necessárias à eliminação das resistências do Congresso à reforma da Constituição.³¹

Brizola não chegou a ser nomeado, causando descontentamento de parte da esquerda. Os conflitos no campo da esquerda são um tema recorrente nas colunas de Castellinho desse período. Em diversos momentos, Goulart viu-se pressionado tanto pela direita como pela esquerda. Ceder às pressões mais radicais da esquerda que o apoiava poderia comprometer as negociações políticas que visavam garantir a realização de seu projeto reformista. Por outro lado, a oposição, de qualquer maneira, com Goulart próximo ou não de Brizola, criava dificuldades para a aprovação das reformas. O presidente, por sua vez, empenhava-se em garantir a legalidade dos processos políticos em seu governo, com o objetivo de afastar as constantes acusações de golpe. Diz Castello que em discurso realizado em abril de 1963,

³⁰ *Oposição se empenha para conter revolução pregada por Brizola*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 20/03/1963

³¹ *Esquerda encampa suspeita de golpe*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 17/12/1963

o Presidente João Goulart, adotando a linguagem e as técnicas da esquerda, manteve, por outro lado, as posições fundamentais que havia definido em Marília, quais sejam, a de preservar a legalidade institucional.³²

Em meados de 1963, Jango parecia apostar na aliança com o PSD para sua reformulação ministerial como forma de aumentar sua base de apoio e realizar finalmente as reformas de base. Entretanto, o movimento do governo numa direção mais próxima ao espectro político de centro-esquerda desagradou muitos setores da própria esquerda, que vinha sendo, até então, a principal base aliada do presidente. Pretendia a esquerda e os “revolucionários”, “evitar que o Sr. João Goulart consumasse suas notórias tendências de reorganizar as bases do seu Governo num esquema centro-esquerda, do qual se excluiriam os núcleos radicais”³³. Um mês depois, Castellinho ressalta que “na medida em que o objetivo do Sr. João Goulart, ao reformar o Ministério, foi constituir um Governo de centro-esquerda, aliviado das pressões internas da esquerda radical, esse objetivo foi alcançado”³⁴. Todavia, o objetivo principal dessa manobra política, o de ampliar a base de apoio no Congresso para realização das reformas, parece, segundo Castello, não ter sido cumprido:

na medida, porém, em que o Sr. João Goulart buscou, com o novo Ministério, ampliar a área parlamentar do Governo para promover a votação das reformas, não se pode falar de êxito. Os novos Ministros não acrescentam um voto à bancada reformista nem trazem para o Presidente a contribuição de uma nova área parlamentar.³⁵

Essa não foi a última recomposição de ministério do governo Jango. Para tentar realizar seu objetivo principal de aprovar as reformas de base, começando pela reforma agrária, o presidente seguiu enfrentando as crises políticas no Congresso e as dificuldades impostas pela oposição, bem como os conflitos no campo da própria esquerda, dificuldades essas que em diversos momentos resultaram em troca de ministros. Naturalmente, a relação com a esquerda era, apesar dos conflitos, de mais fácil negociação. No episódio da reformulação do ministério citado acima, “os principais elementos do grupo de esquerda atenderam a um apelo do Presidente da República e decidiram suspender qualquer crítica ao Governo e ao Ministério até que este tenha tempo de mostrar ao que veio”³⁶,

³² *Goulart reconquista a confiança da esquerda*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 07/04/1963

³³ *Esquerda tenta evitar o Governo de centro*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 31/05/1963

³⁴ *O que Goulart ganhou e o que perdeu*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 22/06/1963

³⁵ *Idem*

³⁶ *Goulart pede e obtém trégua das esquerdas*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 20/06/1963

numa prova de que Goulart podia contar com o seu apoio.

Ainda assim, os fatos ocorridos em 1963 nos remetem à sensação de que o presidente vivia sobre a corda bamba, tentando contornar conflitos tanto na oposição como em sua própria base aliada. A instabilidade do governo foi certamente explorada pela oposição. No início de julho, mais uma crise se abateu sobre Goulart, com a pressão e a manifestação de setores militares descontentes com o governo. O presidente, que até então vinha adotando uma postura de certa moderação, viu-se obrigado a adotar uma nova linha política em relação à oposição.

Sob o impacto dos últimos acontecimentos na área militar e sensível às críticas que apontam como causa principal da crise brasileira a ausência de autoridade, o Sr. João Goulart vem revelando desde o fim da semana passada o propósito de "endurecer" no Governo, passando a reprimir com energia manifestações de indisciplina e afirmando sua presença na Chefia do País na base da sua própria força. (...) É evidente que o novo estado de espírito do Sr. João Goulart reflete dificuldades inéditas para o seu Governo e é o próprio Presidente quem não hesita em falar que "morrerá no posto", repetindo que está forte e em condições de resistir, ainda que isso importe em derramamento de sangue. Os termos dramáticos em que coloca sua decisão de luta e de ação dura revelam o agravamento das condições em que vai sobrevivendo o seu Governo.³⁷

As forças mais conservadoras do país começavam a mostrar disposição não só para enfraquecer o governo como para derrubá-lo antes do fim do mandato. Segundo Castello, a oposição aproveitava os conflitos existentes dentro do governo, como por exemplo a divergência de opiniões no interior do PTB sobre se o governo deveria ou não apostar na aliança com o PSD, para ampliar sua estratégia de enfraquecimento dificultando a aprovação da principal reforma em pauta, a reforma agrária.

O mais provável é que ocorra o que é de velha e prudente previsão: as forças governistas, tão divididas quanto à orientação ideológica, não se ajustarão politicamente, facilitando, em consequência, o trabalho da UDN de torpedear o encaminhamento da reforma agrária por meio de emenda constitucional.³⁸

Percebendo que a estratégia de aliança com o PSD não estava alcançando resultados práticos e insatisfeito com as ações da oposição, Goulart resolveu mudar o rumo de sua política, seguindo com mais afinco as orientações

³⁷ *Goulart na linha dura já fala em morrer no posto*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 09/07/1963

³⁸ *Goulart acha que debate da reforma perturba a Nação*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 17/07/1963

ideológicas do PTB, movimento retratado por Castellinho em uma coluna intitulada “Goulart fica com a esquerda para resistir e lutar”³⁹, em que caracteriza o momento político ressaltando o caráter ofensivo dessa “nova fase” do governo. A partir daí, todos os conflitos com a oposição e os avanços e recuos do governo, tão presentes durante todo o governo Jango, parecem ter tomado uma via de aprofundamento, crescendo novamente no campo da direita os rumores de que Goulart estivesse programando um golpe de estado, por um lado, e uma preocupação, por parte do governo, com a possibilidade justamente de um movimento contrário, ou seja, um golpe da oposição para derrubar o presidente. Em setembro de 1963, Castello chama atenção para a preocupação de Goulart, embora afirmando ainda o sentimento do presidente de estar ainda garantido no governo.

Embora com evidente consciência dos perigos que corre, o Presidente João Goulart considera-se garantido no Poder, pelo sentimento de legalidade dominante e pela verificação de que nenhum movimento organizado no País, de direita, de centro ou de esquerda, tem força para impor-se sobre os dentais numa sortida extralegal.⁴⁰

As colunas do Castello do final de 1963 até o golpe de 1964 tem como temas principais as acusações da direita sobre o possível golpe arquitetado por Goulart e os movimentos do presidente para sustentar seu governo.

Os chefes parlamentares da Oposição permanecem em Brasília neste fim de ano na expectativa de que se confirmem informações e prognósticos de que o Presidente João Goulart tente conquistar uma margem maior de poder pessoal à custa das instituições, com o emprego da astúcia e, se preciso, da força. As informações que foram se acumulando na área oposicionista advertiam sobre preparativos, no Governo, de ações que visariam a apanhar desprevenida a Oposição precisamente no período de festas de fim de ano, em que há um natural relaxamento dos dispositivos de luta.⁴¹

A leitura das colunas nos mostra que o jornalista fazia todas as ponderações necessárias quando o presidente dava demonstrações de que não estava organizando um golpe. Fica claro que Castellinho não concordava com uma solução golpista revolucionária para a crise que se arrastava, mas não aparece na interpretação de Castellinho, nem tampouco nos fatos narrados por ele, a

³⁹ *Goulart fica com a esquerda para resistir e lutar*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 08/08/1963

⁴⁰ *João Goulart para Arrais: "A legalidade é o Presidente"*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 02/09/1963

⁴¹ *UDN espera golpe até o fim do mês*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 10/12/1963

certeza de que essa revolução estivesse sendo mesmo arquitetada. Por exemplo, às vésperas do golpe de 1964, Castellinho observa com otimismo um discurso de Goulart: “as palavras do Chefe do Governo contribuíram visivelmente para um alívio da tensão política em Brasília, registrando-se o tom sereno, a ausência de ameaças e a colocação adequada dos pontos de vista presidenciais”⁴². Segundo Castello, o discurso foi bem recebido inclusive pela oposição, o que pode ser uma pista de que a explicação do golpe como um contragolpe, como uma reação à ameaça revolucionária do dispositivo de Goulart, é insuficiente para entender o processo político de instauração da ditadura militar.

Entretanto, Castellinho percebia que a crise que rondava o governo Jango precisava ter um fim. As colunas de fevereiro e março de 1964 demonstram preocupação com o agravamento da crise política e com os discursos “militarizados”, presentes tanto no campo da direita como no campo da esquerda. Às vésperas do movimento político e militar de 1964, a *Coluna do Castello* alertava para a possibilidade do golpe.

Parece evidente que a oposição quebrou definitivamente a tática de temporização com que, desde a implantação do presidencialismo, tentou furtar-se ao jogo da radicalização, e passou à resistência ativa, senão agressiva, ao plano de um golpe de estado, que considera já em fase de execução. O Sr. Bilac Pinto, depois que se convenceu de que está em curso acelerado um processo de guerra revolucionária, utilizado pelo Presidente com objetivo de criar condições para um golpe ditatorialista, conduziu a UDN a uma atitude de luta, chegando inclusive a manifestar em determinadas circunstâncias que considera que, a esta altura, o Brasil só se salva pela radicalização na guerra contra o movimento esquerdista manipulado pelo Presidente da República.⁴³

As colunas expressam a convicção do jornalista de que Goulart não tinha mais condições políticas de governar o país, que se encontrava entregue a uma crise de impasse político. Na visão de Castellinho, Goulart não conseguia encontrar meios de exercer sua autoridade, e isso poderia fazer com que o país fosse definitivamente entregue a políticos radicais como Brizola, com grandes chances de perturbação da ordem democrática. Como veremos no próximo capítulo, a perturbação da ordem democrática, com a qual Castello mostrava constante preocupação, existiu, mas não foi liderada pela esquerda e sim pelas forças políticas mais conservadoras do país.

⁴² *Oposição recebeu bem discurso de Goulart*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 21/02/1964

⁴³ *Reage a oposição na área militar: golpe*, Coluna do Castello, Jornal do Brasil, 19/02/1964